

## Para presidente do Tribunal de Contas do Estado, modelo é obscuro

A lei das organizações sociais afasta as entidades contratadas pelo Estado do sistema tradicional de fiscalização, segundo avaliação do TCE (Tribunal de Contas do Estado). O presidente do órgão, Edgard Camargo Rodrigues, afirma que o pagamento mediante análise qualitativa dos serviços de saúde prestados à população é subjetivo. "Sem dados matemáticos não se pode ter segurança", disse. Rodrigues afirma que a terceirização da

saúde é obscura, do ponto de vista do acompanhamento da aplicação correta dos recursos públicos. "O sistema não permite a fiscalização social, o controle direto da sociedade. Por isso, é da natureza do tribunal desconfiar." O presidente vê com preocupação o que considera desvios. "Por exemplo, o Estado contratar ele mesmo. Isso tem acontecido. Autarquias estaduais se credenciam como organizações sociais, por intermédio de

fundações de apoio, e o Estado se autocontrata. Parece que apenas para fugir das chamadas amarras da licitação", afirmou Rodrigues, referindo-se à Fundação Faculdade de Medicina, da USP, por exemplo. A legislação permite com que as OSSs contratam pessoal e comprem material sem efetuar processo de licitação ou pregão, obrigatórios para uso de verbas públicas. O modelo utilizado, de acordo com o TCE, faz com que o

contratante seja o único responsável pelo acompanhamento dos gastos. No caso, é a Secretaria de Estado da Saúde. "Na minha opinião, o administrador público teria de criar um mecanismo de acompanhamento específico, que pode ser como o que utilizamos no TCE, por amostragem. Falta desenvolver esse mecanismo, até para dar segurança a quem contratou." (AdF)

REAÇÃO

### Entidades agem como empresas, diz sindicato

Para representantes do Sindsaúde (Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo), os pagamentos extras às entidades representam prejuízo. "A função do Estado é prestar serviço de qualidade. Quando o governo contrata essas entidades, já paga por

isso. O que sobra é lucro para as organizações, que funcionam como empresas. Se os valores não estão vinculados a uma consulta, por exemplo, não devem ser pagos. Este dinheiro poderia financiar reformas", disse o secretário-geral do sindicato, Hécio Marcelino. (AdF)

# Entidades ganham extra de R\$ 178 mi na Saúde

### VALOR É PAGO PELA GESTÃO JOSÉ SERRA A ENTIDADES QUE CUIDAM DE HOSPITAIS ESTADUAIS E FUNCIONA COMO PRÊMIO POR QUALIDADE NO SERVIÇO JÁ PAGO

A terceirização da saúde no Estado rende às OSSs (Organizações Sociais de Saúde) um pagamento extra que pode chegar a R\$ 178 milhões neste ano. Essa é a somatória dos repasses previstos nos contratos de gestão firmados pelo governo com entidades que administram hospitais e que, supostamente, oferecem "qualidade no serviço".

Os questionários são enviados aos hospitais pela pasta. Os demais dados — como comprovação de melhoras no combate à infecção — são contidos em relatórios.

Para o Ministério Público Estadual, o modelo atual faz com que se pague duas vezes por bom atendimento, já que a principal justificativa da terceirização é a qualidade dos parceiros contratados. Ao todo, são 13 organizações na gestão de hospitais públicos (veja lista ao lado). Mas apesar do investimento, pesquisa divulgada pela própria secretaria, em março, mostrou que só uma unidade terceirizada está entre as dez melhores: o hospital da Vila Alpina.

Para o promotor de Justiça Arthur Pinto Filho, a comprovação da prestação de bons serviços preocupa. "Não se sabe exatamente qual o órgão estadual faz a verificação da qualidade. E tampouco se sabe quais os critérios para a definição de qualidade. O fato é que a população continua reclamando dos serviços prestados, das filas para consultas, operações e exames. Razão

pela qual esse pagamento é, no mínimo, polêmico", disse.

Filho ainda ressalta que se o sistema não fosse terceirizado, o Estado poderia usar a verba em novos equipamentos. O dinheiro gasto com qualidade daria para construir, por exemplo, 148 unidades básicas de saúde ou três hospitais, com 250 leitos cada. "A quantia é enorme. Basta constatar que todo o valor orçado pelo município de São Paulo, em 2009, para material hospitalar, ambulatorial e odontológico é de pouco mais do que R\$ 94 milhões."

O advogado Floriano Azevedo, especialista em direito público, explica que a parcela variável não é ilegal, mas deve ser paga apenas após confirmação dos indicadores. "É preciso que a qualidade seja comprovada por dados, assim como a aplicação desse dinheiro. O pagamento qualitativo não é para ser gasto livremente", afirmou.

Por lei, as organizações que assumem o papel do Estado no gerenciamento de equipamentos públicos são entidades sem fins lucrativos — não podem, portanto, ter benefícios com o serviço. Apesar disso, o próprio contrato prevê que as entidades podem aplicar os recursos no mercado financeiro. (Adriana Ferraz)

### O PREÇO DA TERCEIRIZAÇÃO

Confira quanto cada entidade pode ganhar neste ano por atender com qualidade

Hospitais estaduais	Organizações Sociais	Pagamento previsto por qualidade, em 2009
Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo	SPDM (Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina)	R\$ 8 mi
Hospital Estadual de Sumaré	Unicamp	R\$ 6,9 mi
Hospital Estadual de Bauru	Unesp	R\$ 7,3 mi
Hospital Local de Sapopemba	Seconci (Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo)	R\$ 0,7 mi
Hospital Regional de Cotia	Seconci	R\$ 3,8 mi
Hospital Regional de Itanhaém	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira	R\$ 2,1 mi
Hospital Regional do Vale do Paraíba	Sociedade Assistencial Bandeirantes	R\$ 6,6 mi
Hospital Regional do Vale do Ribeira	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira	R\$ 5,4 mi
Hospital Estadual de Francisco Morato	Santa Casa	R\$ 3,3 mi
Hospital Estadual de Diadema	SPDM	R\$ 6,9 mi
Hospital Estadual de Sapopemba	Seconci	R\$ 7,1 mi
Hospital Estadual do Grajaú	Santa Catarina	R\$ 8,2 mi
Hospital Estadual de Santo André	Fundação ABC	R\$ 9,6 mi
Hospital Estadual de São José do Rio Preto	Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus	R\$ 1,9 mi
Hospital Geral de Vila Alpina	Seconci	R\$ 7,3 mi
Hospital Geral de Carapicuíba	Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social	R\$ 6,6 mi
Hospital Geral de Guarulhos	Santa Casa	R\$ 9 mi
Hospital Geral de Itapeperica da Serra	Seconci	R\$ 6,6 mi
Hospital Geral de Itapeví	Santa Catarina	R\$ 5,7 mi
Hospital Geral de Itaquaquecetuba	Santa Marcelina	R\$ 7 mi
Hospital Geral de Pedreira	Santa Catarina	R\$ 9,1 mi
Hospital Geral de Pirajussara	SPDM	R\$ 8,4 mi
Hospital Geral do Itaim Paulista	Santa Marcelina	R\$ 7,7 mi
Hospital Regional de Presidente Prudente	Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus	R\$ 6,7 mi
Instituto do Câncer do Estado	Fundação Faculdade de Medicina da USP	R\$ 26,5 mi

### BÔNUS (em R\$)

Fundação Faculdade de Medicina da USP	26,5 mi
Seconci	25,5 mi
SPDM	23,3 mi
Santa Catarina	23 mi
Santa Marcelina	14,7 mi
Santa Casa	12,3 mi
Fundação ABC	9,6 mi
Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus	8,6 mi
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira	7,5 mi
Unesp	7,3 mi
Universidade Estadual de Campinas	6,9 mi
Sociedade Assistencial Bandeirantes	6,6 mi
Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social	6,6 mi

RESPOSTA

### 'Pagamento é incentivo'

A Secretaria de Estado da Saúde informou que o pagamento é um "instrumento de incentivo" para garantir a qualidade dos serviços prestados pelos hospitais estaduais gerenciados por OSSs (Organizações Sociais de Saúde). Em nota, a pasta afirmou que o valor é descontado caso o hospital não atinja as metas estabelecidas, mas isso raramente acontece.

O governo assegurou que os indicadores de qualidade não são genéricos. As metas de qualidade, segundo a secretaria, "são absolutamente específicas e incluem, por exemplo, taxas de mortalidade intra-hospitalar por faixa de peso e média de permanência de pacientes nas unidades, para medir eficácia dos tratamentos."

Sobre as pesquisas de satisfação, a pasta disse que os resultados são importantes para aprimorar

os serviços e que os usuários, se quiserem, podem se identificar.

O governo ainda ressaltou que todos os contratos são avaliados pelo TCE e que está à disposição do Ministério Público Estadual para os esclarecimentos necessários, já que tem absoluta convicção de que o modelo de OSSs é perfeitamente viável e extremamente positivo para a gestão de hospitais públicos.

Por fim, a secretaria disse que o tempo de espera para marcação de exames, cirurgias e consultas independe do modelo de gestão, mas sim da demanda e da oferta de serviços de saúde em cada região.

"A secretaria tem realizado constantemente ações para ampliar e aperfeiçoar a oferta de serviços em toda a rede, sejam unidades de administração direta ou gerenciadas por organizações. (AdF)

## Unidades têm filas de até 3 horas

Qualidade colocada à prova. Na porta de hospitais terceirizados, a avaliação dos pacientes sobre os serviços prestados pelas organizações contratadas nem sempre é positiva. Na última quinta-feira, mais de cem pessoas aguardavam atendimento no ambulatório do Hospital Geral de Pirajussara, em Taboão da Serra (Grande SP). Na fila estava Dorival Antônio dos Santos, 31 anos, que reclamava de fortes dores no braço direito.

"Está quebrado e não consigo que o médico coloque gesso. Falaram que tenho de voltar depois para passar por uma avaliação e saber se terei de ser operado ou não. Não sei por que não resolvem logo, meu braço tá doendo. É o segundo hospital estadual que passo. Em Itapeperica da Serra [Grande SP], não quiseram me atender porque não tinham meu prontuário."

Na zona sul, o Hospital Estadual do Grajaú é o campeão de reclamações. A unidade já precisou, este ano, emprestar



Dorival dos Santos não conseguiu colocar gesso no braço quebrado

maca de uma equipe do Samu. O caso aconteceu em setembro quando, em período de combate à gripe suína, o hospital também não oferecia sabonete nem papel higiênico no banheiro feminino do pronto-socorro. A Secretaria de Estado da Saúde nega os

fatos flagrados pela reportagem na ocasião.

No Ministério Público Estadual também pipocam reclamações sobre demora na marcação de consultas e exames, além de denúncias sobre irregularidade no controle das infecções hospitalares — um

dos quesitos exigidos pelo governo para o pagamento das parcelas variáveis por qualidade. As unidades mais citadas na Promotoria da Saúde Pública são os hospitais estaduais de Vila Alpina e Sapopemba, ambos na zona leste de São Paulo. (AdF)